



Consulta Pública Sobre a Limitação de Direitos de Utilização de Frequências Para o Acesso de Banda Larga Via Rádio (BWA)

A Radiomóvel – Telecomunicações, S.A. (doravante abreviadamente “Radiomóvel”) vem pronunciar-se quanto ao teor do projecto de decisão sobre a limitação do número de direitos de utilização de frequências reservadas para o acesso de banda larga via rádio (“BWA”) nas faixas de frequências 3400-3800 MHz e definição do respectivo procedimento de atribuição, aprovado por deliberação do Conselho de Administração do ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (“ICP-ANACOM”), de 31 de Outubro de 2007 (“Projecto de Decisão”), o que faz nos seguintes termos:

Introdução

A título introdutório, importa saudar a presente iniciativa do ICP-ANACOM que, na esteira do procedimento de consulta pública sobre a introdução do BWA em Portugal, levado a cabo entre o final de 2006 e o início de 2007, vem agora abrir caminho à atribuição, num futuro próximo, de direitos de utilização de frequências nas faixas dos 3400 – 3800 MHz para a utilização de novas tecnologias de banda larga sem fios.

Tendo presentes o expresso desiderato da Comissão Europeia de desenvolver as redes de nova geração (“Next Generation Networks”) e os desafios da convergência, o Projecto de Decisão vem não apenas dar um impulso importante à concretização da Estratégia de Lisboa, como responde a uma crescente necessidade do mercado por melhores serviços de acesso à banda larga e, nessa medida, contribui para a massificação da sua utilização a preços cada vez mais competitivos.

A este título, convém também referir a muito recente decisão da União Internacional das Telecomunicações (UIT-R) de alterar a Recomendação UIT-R M1457 de modo a que a especificação IMT 2000 passe a incluir a norma IEEE 802.16, o que, certamente, constituirá um forte incentivo ao desenvolvimento futuro do WiMAX.



Enfim, é também importante sublinhar que a atribuição de espectro aqui considerada vai ao encontro dos objectivos de regulação das comunicações electrónicas fixados pelo artigo 5.º da Lei n.º5/2004, de 10 de Fevereiro (“Lei n.º5/2004”), tendentes à promoção da concorrência na oferta de redes e serviços de comunicações electrónicas, de recursos e serviços conexos, e possibilita uma mais eficiente utilização do espectro radioelétrico.

Das Frequências a Atribuir

1. A Radiomóvel concorda com a atribuição de dois direitos de utilização correspondentes a 1 bloco de 2x28 MHz cada, na subfaixa dos 3400-3600 MHz, e de dois direitos de utilização correspondentes a 1 bloco de 2x28 MHz cada, na subfaixa dos 3600-3800 MHz, embora lhe pareça que a consignação de blocos de 2x14 MHz ou 2x21 MHz teria sido uma opção mais adequada, já que permitiria a atribuição de um número superior de direitos de utilização e um uso mais eficiente do espectro, bem como a existência de reservas de espectro susceptíveis de dar resposta às futuras necessidades dos operadores.

2. A Radiomóvel congratula-se com a intenção manifestada pelo ICP-ANACOM de, relativamente ao espectro a atribuir, não *“condicionar a sua exploração a um serviço de comunicações electrónicas específico, nem a sua utilização a uma tecnologia específica (WiMAX ou outra)”*.

Com efeito, e na linha da evolução do quadro regulatório europeu e nacional e da prática decisória mais recente do ICP-ANACOM, a atribuição de direitos de utilização de frequências deve ter lugar no respeito integral dos princípios da neutralidade tecnológica e de serviços, em ordem a estimular o investimento em redes alternativas de acesso à banda larga e a oferta de serviços competitivos e flexíveis e que melhor se adequem às exigências do consumidor.

3. Por seu turno, é também de notar que a utilização em “modo flexível” do espectro a atribuir, permitindo a prestação do serviço de acesso em banda larga em modo fixo, nomádico e móvel, de harmonia com a decisão de 30 de Março de 2007 do *Electronic Communications Committee* da Conferência Europeia das Administrações de Correios e Telecomunicações - CEPT, é a que melhor se coaduna com uma mais racional e eficiente utilização das frequências e a menos interferente na definição de um plano de negócio ambicioso por parte dos operadores.

4. Por último, importa que a introdução do BWA em Portugal seja acompanhada de uma nova abordagem da gestão do espectro radioelétrico, mais flexível e assente no mercado, de modo a acompanhar o maior dinamismo que se espera que o sector das comunicações venha a registar.



Nessa media, e tendo como pano de fundo as posições mais recentes adoptadas pela Comissão Europeia em matéria de gestão flexível do espectro e o próprio Plano de Actividades 2006-2008 do ICP-ANACOM, é de fundamental importância que tenha lugar, em paralelo com a atribuição de frequências para o BWA, a definição de medidas tendentes a estabelecer o enquadramento aplicável à transmissibilidade dos direitos de utilização de frequências.

Do Procedimento de Atribuição das Frequências

1. A título introdutório, não é demais sublinhar que é fundamental que o procedimento de atribuição dos direitos de utilização em causa decorra de forma expedita, permitindo a introdução de novos serviços de banda larga através das frequências a consignar, no mais breve período de tempo possível.

Com efeito, ultrapassada a fase de consolidação que se viveu recentemente, que obrigou a uma importante e inusitada mobilização de recursos internos por parte do ICP-ANACOM, importa agora dar um novo e rápido impulso ao aperfeiçoamento do mercado das comunicações, sobretudo em áreas que, como a do acesso em banda larga, se revestem de importância estratégica para o desenvolvimento económico e produtividade do nosso país.

2. A Radiomóvel considera que o leilão constitui o procedimento de atribuição que melhor responde às expectativas do mercado, atendendo às diversas manifestações de interesse por esta faixa de frequências já conhecidas e que excedem o número de direitos de utilização a atribuir, bem como ao tipo de utilização (flexível) que se prevê que as frequências venham a ter e ao carácter inovador das soluções utilizadas (WiMAX ou outras).

No que se refere às regras de atribuição das frequências em causa, e tendo presente que irá ainda ter lugar o procedimento regulamentar a que alude o artigo 11.º dos estatutos do ICP-ANACOM, aprovados pelo Decreto-Lei n.º309/2001, de 7 de Dezembro, relativamente ao projecto de regulamento de atribuição de direitos de utilização de frequências nas faixas de frequências dos 3400-3800 MHz, a Radiomóvel entende, mesmo assim, adequado pronunciar-se, ainda que sinteticamente, sobre essas regras.

3. Relativamente aos critérios de acesso à primeira fase do leilão vertidos no Projecto de Decisão, que se afiguram globalmente muito positivos, é fundamental que as restrições existentes se apliquem apenas a operadores que, como os actuais titulares de direitos de



utilização de frequências atribuídos para o GSM/UMTS, já são detentores de uma quantidade de espectro radioelétrico que excede claramente as suas necessidades.

Nessa medida, e ao invés de se prever a exclusão da generalidade das *“empresas que disponham de direitos de utilização de frequências para a prestação do serviço móvel terrestre”*, designação susceptível de englobar outros operadores que dispõem de quantidades de espectro muitos inferiores àquelas que se encontram actualmente consignadas aos referidos operadores GSM/UMTS, sugere-se a adopção de uma terminologia susceptível de apenas afastar estes últimos daquela fase do leilão.

Deste modo, a Radiomóvel propõe que no futuro regulamento do leilão se estabeleça, quanto a essa mesma fase, a exclusão *“dos titulares de direitos de utilização para a prestação do serviço telefónico móvel de acordo com os sistemas GSM e UMTS”*.

A Radiomóvel concorda, ainda, com a indicação constante do Projecto de Decisão de que também se encontrará vedado o acesso a esta primeira fase do leilão às *“empresas que já detenham espectro na faixa dos 3400-3800 MHz ou que tenham sido designadas com poder de mercado significativo no mercado de banda larga”*.

Deveria, no entanto, ser acautelada a possibilidade de os três tipos de empresas excluídas da primeira fase do leilão (titulares de direitos de utilização de frequências para o GSM/UMTS ou na faixa dos 3400-3800 MHz, ou operadores que detenham PMS no mercado de banda larga), virem a participar indirectamente nessa mesma fase.

A Radiomóvel sugere, assim, que seja impedido o acesso à primeira fase das entidades que, directa ou indirectamente, sejam dominadas ou influenciadas significativamente pelas empresas expressamente excluídas, ou que dominem ou influenciem significativamente tais empresas, ou que sejam dominadas por outra entidade que, por sua vez, domine, ou influencie significativamente, directa ou indirectamente, as mesmas empresas.

5. De referir, por último, que as condições a serem associadas aos direitos de utilização a atribuir deverão ser o menos restritivas possível, de modo a favorecerem a viabilidade dos projectos a serem implementados através das tecnologias BWA.

Nessa linha, poderiam ser estabelecidas, por exemplo, exigências de cobertura a serem asseguradas através da instalação de um número mínimo de estações base, ou limites temporais máximos para uma efectiva utilização do espectro consignado, atendendo à importância de que se reveste assegurar uma utilização eficiente do espectro. Ainda neste



âmbito, será da maior importância a imposição de condições técnicas e operacionais necessárias à não produção de interferências prejudiciais.

No que se refere a níveis de qualidade do serviço, e sem prejuízo da obrigação de divulgação dos mesmos ao ICP-ANACOM e aos utilizadores, deverá ser deixada a sua definição, com toda a latitude, aos próprios operadores, em ordem a permitir-lhes uma adequada diferenciação dos seus serviços (e.g. por tipo de tarifário), em função das expectativas do mercado.